



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Interpelação Oral

Atendendo à actual situação económica, o Governo procedeu à contenção das despesas dos serviços públicos, nomeadamente, das despesas administrativas desnecessárias, sem, segundo afirmou, afectar as respeitantes ao bem-estar da população, nem os serviços prestados pelo Governo. Todavia, a sociedade está atenta aos impactos que a contenção pode causar nas políticas e nos serviços relacionados com a vida da população.

Em Agosto, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) reduziu a frequência dos autocarros, aumentando assim o tempo de espera para 2 a 9 minutos nas horas de ponta, até 20 a 30 minutos no período fora das horas de ponta. Veja-se o exemplo da carreira n.º 1, que parte do Terminal das Portas do Cerco e tem um número de passageiros relativamente elevado. No passado, a frequência desta carreira era de 8 minutos, entre o período nocturno e a meia-noite nos dias de semana, e foi ajustada, significativamente, para 20 a 30 minutos. A DSAT afirmou que o ajustamento se devia às férias de Verão e não à contenção das despesas do Governo, e que houve também carreiras especiais nas horas de ponta para desviar o fluxo de passageiros. Mas, segundo muitos residentes, a redução da frequência afectou muito as suas deslocações e, apesar de neste momento haver menos turistas, com o aligeiramento gradual das restrições de migração, as deslocações dos residentes voltaram basicamente ao normal, portanto, antes da redução da frequência dos autocarros, algumas carreiras já estavam superlotadas mesmo fora das horas de ponta, e as carreiras que passam pelos locais com maior fluxo de pessoas, por



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

exemplo, as Portas do Cerco, estavam sempre cheias. Assim, os mesmos esperam que a frequência dos autocarros não volte a ser reduzida.

No mês passado, o Governo celebrou novos contratos com as duas companhias de autocarros, e a sociedade espera que isto contribua para aumentar a qualidade dos serviços e resolver a dificuldade de apanhar autocarro nas horas de ponta, e entende que a redução significativa da frequência dos autocarros vai contrariar isto. Os serviços competentes têm a responsabilidade de assegurar o bom uso do erário público, mas devem ainda analisar com prudência o número de passageiros das diferentes carreiras, para assegurar que a sua frequência responda às necessidades básicas dos residentes.

Assim sendo, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. No mês passado, o Governo celebrou com as duas companhias de autocarros novos contratos. Então, o Governo deve reforçar a sua gestão e fiscalização, assegurando o cumprimento dos novos contratos e o aumento da qualidade dos serviços, para melhor satisfazer as necessidades dos residentes. Como é que o vai fazer?

2. Com o abrandamento da epidemia e o aligeiramento das restrições de migração, em Julho, a média diária de passageiros atingiu cerca de 500 mil, o que mostra que a procura dos serviços de autocarros continua elevada. Em Agosto, a frequência dos autocarros foi reduzida, e muitos residentes entenderam que isto



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

afectou as suas deslocações, o que demonstra o grave impacto desta redução. O Governo afirmou que o ajustamento era uma medida especial para as férias de Verão, mas como foi feita a avaliação da redução da frequência? Antes da vigência dos novos contratos, a frequência dos autocarros vai ser novamente afectada pela contenção de despesas? Nos novos contratos, definem-se normas sobre o tempo de funcionamento das carreiras e a respectiva frequência, então, como é que os serviços competentes vão fiscalizar essa frequência?

3. Para promover a primazia dos transportes públicos e aliviar as despesas dos residentes com o transporte, o Governo tem recorrido à medida de bonificação das tarifas para as manter relativamente baixas. Os autocarros transportam diariamente centenas de milhares de residentes, por isso, o orçamento respectivo implica despesas importantes com os serviços relacionados com a vida da população. Assim, aquando da elaboração do orçamento, o Governo deve classificar a bonificação das tarifas como medida específica de apoio à população, em vez de a incluir no orçamento dos serviços públicos em causa. Vai fazê-lo?

22 de Outubro de 2020

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Cheng I